

# Preservação das Fortificações do Brasil

## Um Balanço de 80 Anos de Proteção do IPHAN



Kátia Bogéa  
Presidente do IPHAN



Andrey Rosenthal Schlee

É Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

Foto - Francisco Cavalcante

**N**ão é fácil realizar um balanço da ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no que diz respeito à preservação das fortificações existentes no Brasil. Primeiro, porque estamos profundamente comprometidos com o passado e o futuro da Instituição que completa 80 anos, em 2017. Segundo, porque o tema, embora diretamente relacionado com a constituição da Nação e com a missão do IPHAN, encontra-se pouco pesquisado. Portanto, o que vamos apresentar é uma leitura cronológica daquilo que foi feito, ou seja, o que protegemos e como estamos conservando tamanho patrimônio. Vamos apenas fornecer os dados para as avaliações “menos suspeitas”.

Mas antes das informações coletadas, é necessário visitar a historiografia sobre o

tema e verificar as obras e os autores que, de maneira pioneira, reconheceram valor naquelas antigas construções de defesa do território colonial ou nacional. Muito antes da ação do IPHAN, foram os historiadores militares os primeiros a dirigir um olhar especial para o conjunto de fortificações existentes no Brasil. Olhar distinto do puramente estratégico ou bélico. Uma sutil visada preservacionista, capaz de atribuir valor histórico e artístico a um significativo conjunto de bens. Enquadram-se nesta categoria as seguintes obras: *Fortificações do Brasil* (1881), do Tenente Coronel Augusto Fausto de Sousa, memória apresentada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicada em 1885, na revista da instituição (tomo XLVIII, 2<sup>a</sup> parte); os artigos do General Aníbal Amorim, publi-



Foto do artigo de Marcos Albuquerque  
publicado na Revista DaCultura nº 17

cados nos Boletins do Estado-Maior do Exército, entre os anos de 1915 a 1921; *Fortificações do Brasil*, do Capitão de Corveta Carlos Miguez Garrido, publicada em separata ao Volume III dos Subsídios para a História Marítima do Brasil, do Ministério da Marinha, em 1940; e *Fortificações do Brasil*, do Coronel Aníbal Barreto, publicada pela Biblioteca do Exército Editora, em 1958. Assim, é possível afirmar que quando o IPHAN começou a atuar, ou mesmo quando consolidou sua política de proteção de um Patrimônio Nacional, sempre contou com a colaboração ou conhecimento dos especialistas das Forças Armadas do Brasil.

De janeiro de 1937 a agosto de 2017, o IPHAN classificou, via tombamento, 1241 bens<sup>1</sup>. Estabeleceu, portanto, de forma unilateral e discricionária, o que se entendia como “patrimônio histórico e artístico nacional” ou o que se entende, atualmente, como “patrimônio cultural brasileiro”.

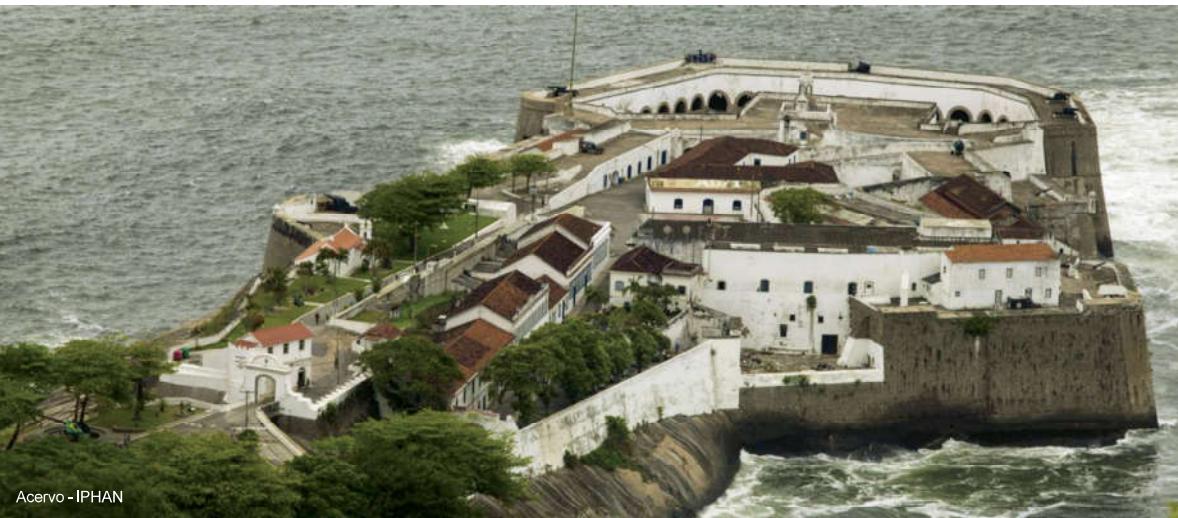
Embora o Brasil tenha acompanhado a discussão internacional que levou à ampliação da noção de Patrimônio – com

importante repercussão na Constituição Federal de 1988 – o principal documento legal aplicado para a proteção de bens materiais permanece sendo o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Foi ele que instituiu o “tombamento”, o ato administrativo de inscrição ou tombo de um bem em livro apropriado, e definiu seus efeitos, as limitações ao exercício do direito de propriedade, do tipo “non facere”.

Criado em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN, desde o primeiro momento de sua atuação, promoveu ações de proteção do rico patrimônio militar brasileiro, constituído de centenas de fortes, fortins, redutos, casamatas e quartéis que passaremos a denominar genericamente de fortificações. Logo em 1938, foram abertos 44 processos de tombamentos de fortalezas, dos quais 24 foram tombadas, a saber: as ruínas do Forte Velho de Cabedelo (PB), o Fortim de Caetano Madeira, no Rio de Janeiro (RJ), o Forte Orange, em Itamaracá (PE), o Forte do Buraco, em Olinda (PE), o Forte das

#### Restauração do Forte Orange, Pernambuco, com a participação do IPHAN

**Fortaleza de Santa Cruz - Rio de Janeiro, RJ**



Cinco Pontas, em Recife (PE), o Forte do Brum, em Recife (PE), o portão da Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro (RJ), a Fortaleza de Santo Antônio de Ratones e suas defesas anexas, em Florianópolis (SC), o Forte de Caçapava, em Caçapava do Sul (RS), a Fortaleza de Santa Catarina, em Canbedelo (PB), a Fortaleza do Morro de São Paulo, em Cairu (BA), a Fortaleza de Santana, em Florianópolis (SC), a Fortaleza de São José da Ponta Grossa, em Florianópolis (SC), a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Governador Celso Ramos (SC), o Forte de São Lourenço, em Itaparica (BA), o Forte de Paraguaçu, em Maragogipe (BA), o Forte de Gragoatá, em Niterói (RJ), a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres, em Paranaguá (PR), o Forte do Pau Amarelo, em Paulista (PE), a Fortaleza da Conceição, no Rio de Janeiro (RJ), e os fortões da Gamboa, de Santa Maria, de Santo Antônio da Barra e de São Marcelo, todos em Salvador (BA).

Tais tombamentos tornaram-se fundamentais para consolidar (e exemplificar em todo o Brasil) o que se entendia como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: edificações eruditas –administrativas, religiosas ou militares – e conjuntos urbanos homogêneos, originalmente erguidos durante o

período colonial. Como contribuição efetiva para o conhecimento e a difusão de tal patrimônio, em 1940, o IPHAN publicou *Fortificações da Baía*, de J. da Silva Campos. O esforço seria ainda complementado com outras obras, a exemplo de *As fortificações e a Defesa de Salvador*, de Mário Mendonça de Oliveira (2008).

Como anteriormente informado, ao longo de seus 80 anos, o IPHAN acautelou, via tombamento, um total de 1241 bens, entre os quais 68 fortificações (aproximadamente 6% do total), sendo 56 protegidas isoladamente e 12 em conjunto com outros bens. Desse universo, é possível destacar a sua distribuição nacional, a variedade tipológica, a dificuldade de acesso, a heterogeneidade no estado de conservação e a diversidade de usos – além da diversidade quanto ao acervo, incluindo o material de artilharia (estão protegidas oito fortificações com acervo de bens móveis)<sup>2</sup>. Além das fortificações propriamente ditas, duas coleções de artilharia encontram-se tombadas: a do Museu de Armas General Osório e a do Museu de Armas Sérgio Ferreira da Cunha.

Das 68 “fortificações” protegidas pelo IPHAN, 42 (62%) foram tombadas durante a gestão do advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade (de 1937 a 1967). Além

das 243 já listadas, foram também acauteladas: a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói (RJ), a Fortaleza de São Tiago ou São João, em Bertioga (SP), o Forte dos Reis Magos, em Natal (RN), o Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques (RO), a Fortaleza de São José de Macapá, em Macapá (AP), o Forte de Barra Grande, no Guarujá (SP) – incluindo o Fortim da Praia de Góis e o Portão Espanhol –, os remanescentes do Forte de São Mateus, em Cabo Frio (RJ), o Conjunto do Outeiro de Santo Antônio da Barra e o Forte de São Diogo, em Salvador (BA), o portão da Fortaleza de São José, no Rio de Janeiro (RJ), o frontispício da Capela da Fortaleza de São José, no Rio de Janeiro (RJ), o Forte de Santo Antônio, em Gurupá (PA), o Forte Defensor Perpétuo, em Parati (RJ), a Fortaleza do Barbalho, em Salvador (BA), o Forte de São Pedro, em Salvador (BA), o Forte de Monte Serrat, em Salvador (BA), a Fortaleza de Nossa Senhora dos Remédios, em Fernando de Noronha (PE), o Forte do Castelo, em Belém (PA), o Forte de São Felipe, no Guarujá (SP) e o Forte de São Sebastião, inserido no tombamento de Alcântara (MA).

A partir de 1967, ano da aposentadoria de Rodrigo Melo Franco de Andrade, poucos foram os presidentes do IPHAN que priorizaram ações de acautelamento especificamente voltadas para as fortificações. O arquiteto Renato Soeiro (de 1967 a 1979), por exemplo, tombou apenas cinco: as edificações que compõem o Forte de Coimbra, em Corumbá (MS), as ruínas do Forte de Santo Antônio, em São Luís (MA), as fundações do Forte de Santa Tecla, em Bagé (RS), o baluarte de São Luís, inserido no tombamento de São Luís (MA) e os remanescentes da fortificação do Sítio de Trindade, em Recife (PE).

De 1979 a 2016, sucederam-se 17 presidentes, quando foram tombadas mais 22

fortificações (aproximadamente 32% do total): a Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, em Fortaleza (CE), o Forte de Santa Bárbara, em Florianópolis (SC) e o Forte de São Francisco ou do Queijo, em Olinda (PE), o conjunto do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ), novamente as ruínas do Forte do Buraco, em Olinda (PE),



**Museu de Armas  
Antigas Sérgio  
Ferreira da Cunha -  
Petrópolis. RJ**

as ruínas do Forte de Vera Cruz ou do Calvário, em Rosário (MA), o Forte da Vila dos Óbidos, em Óbidos (PA), a Base Fluvial de Ladário, em Ladário (MS), o Forte Junqueira, em Corumbá (MS), o Quartel General de Gurjão, em Óbidos (PA), os vestígios do Forte da Serra da Escama, em Óbidos (PA), o Forte de São Joaquim do Rio Branco, em Bonfim (RR), a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, em Florianópolis (SC), o Forte Marechal Moura, inserido no tombamento da Fortaleza de Nossa Senhora de Araçatuba, o Forte de São Pedro Nolasco, inserido no tombamento da Cidade Velha e Campina, em Belém (PA), e o sistema defensivo do arquipélago de Fernando de Noronha (PE).

**Forte São Marcelo -  
Salvador, BA**



Acervo - FUNCEB

Em relação às ações de identificação e conservação, ao longo dos anos de 1980, por meio da Fundação Pro-Memória, foi desenvolvido o projeto de levantamento cadastral das fortificações até então protegidas. Tal trabalho permitiu, e ainda tem garantido, ações isoladas de consolidação ou restauro de fortificações.

Em 2000, durante a 27ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, foi aprovada a averbação, nos Livros de Tombo, dos acervos de artilharia pertencentes às fortificações tombadas. Como consequência, no mesmo ano, foi publicado o *Manual de Preenchimento da Ficha de Inventário Nacional de Material de Artilharia*.

A importância do sistema de defesa edificado ao longo dos séculos, no Brasil, e o conhecimento acumulado a respeito de tais construções fizeram com que, em 2008, o IPHAN considerasse a possibilidade de

incluir na Lista Indicativa para Patrimônio Mundial (UNESCO) um conjunto de 41 fortificações associadas como um único bem. Tal proposta desdobrou-se na promoção de eventos de articulação e estudo, entre os quais o importante *Encontro Técnico: “Conservação e Uso das Fortificações Brasileiras”* (2008), promovido em parceria entre o IPHAN, Exército e Marinha. Como resultado, foi aprovada a realização de um Programa de Preservação de Sítios e Fortificações; recomendada a continuidade do inventário do material de artilharia; e proposta a execução de um estudo que abrangesse o tombamento do conjunto das fortificações brasileiras.

Das três propostas, apenas a instrução de processo de tombamento evoluiu. Trata-se do *Processo 1613-T-2010: Conjunto das Fortificações Brasileiras*, incluindo 27 novos bens, dos quais sete foram provisoriamente tombados ainda em 2010 e aguardam pela homologação ministerial: o For-



Forte de Coimbra -  
Corumbá, MS

Acervo - FUNCEB

te da Vila de Óbidos (PA), com 13 canhões; o Forte da Serra da Escama (PA); o Quartel General Gurjão (PA), com quatro canhões; as ruínas do Forte Vera Cruz ou do Calvário (MA); os vestígios do Forte de São Joaquim do Rio Branco (RR), com seis canhões; o Forte Junqueira (MS) e a Base de Ladário (MS), com 15 canhões.

Em 2013, o Governo Federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento, *PAC Cidades Históricas*, que, desde então, vem sendo executado em 44 cidades de 20 Estados da federação. O investimento em obras de restauração originalmente previsto era de R\$ 1,6 bilhão, destinado a 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos, entre os quais nove ações – R\$ 60,54 milhões (2013) – voltadas para a recuperação de fortificações: a restauração dos fortes de São Marcelo, em Salvador (BA), São Paulo da Gamboa, em Salvador (BA), Reis Magos, em Natal (RN) e Nossa Senhora dos Remédios, em Fernando de Noronha (PE); a requalificação da Fortaleza de São Luís, em São Luís (MA); a

restauração do Fortim de São Francisco, em Olinda (PE); a conservação e revitalização dos fortes de Nossa Senhora dos Prazeres e São Pedro do Boldró, ambos em Fernando de Noronha (PE); e a restauração do sistema de fortificações da Ilha de Santa Catarina (SC).

Contando, com a consultoria especializada do servidor Adler Homero Fonseca de Castro, em 2015, o IPHAN atualizou a Lista Indicativa para Patrimônio Mundial (Unesco), finalmente incluindo o bem seriado *Conjunto de Fortificações do Brasil*. Segundo justificativa então formulada, o conjunto de fortificações do Brasil apresenta-se como um testemunho material único de um contato produzido entre diferentes culturas do Velho e do Novo Mundo. As fortificações, edificadas em resposta a esses contatos, marcam o sucesso de uma fórmula singular de ocupação do território, em que os moradores do Brasil tiveram um papel mais fundamental do que a ação dos governos das metrópoles do Velho Mundo, ao contrário do que ocorreu



em outras colônias europeias no resto do mundo. As construções feitas com o objetivo de garantir a posse e a segurança dos novos territórios formam um conjunto sem semelhança a outros sistemas fortificados edificados no mesmo período em outros lugares do mundo, tendo um importante papel na ocupação territorial da América do Sul. Ao todo, foram consideradas 19 fortificações, a saber: a Fortaleza de São José, em Macapá (AP), o Forte Coimbra, em Corumbá (MS), o Forte Príncipe da Beira, em Costa Marques (RO), a Fortaleza dos Reis Magos, em Natal (RN), o Forte de Santa Catarina, em Cabedelo (PB), o Forte de Santa Cruz (Forte Orange), em Itamaracá (PE), o Forte São João Batista do Brum, no Recife (PE), o Forte São Tiago das Cinco Pontas, no Recife (PE), o Forte de Santo Antônio da Barra, em Salvador (BA), o Forte São Diogo, em Salvador (BA), o Forte São Marcelo, em Salvador (BA), o Forte de Santa Maria, em Salvador (BA), o Forte de N. S. de Monte Serrat, em Salvador (BA), a Fortaleza de Santa Cruz da Barra, em Niterói (RJ), a Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro (RJ), a Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, em Guarujá (SP), o Forte São João, em Bertioga (SP), a Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, em Governador Celso Ramos (SC) e o Forte de Santo Antônio de Ratones, em Florianópolis (SC).

Recentemente, colaborando com a Superintendência do IPHAN no Amapá, o Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização produziu o *Plano de Conservação da Fortaleza de Macapá* (2016), desenvolvendo metodologia específica aplicada ao tema. O plano de conservação visa a sistematizar o conhecimento fundamental para a conservação do bem e estabelecer o conjunto de ações e procedimentos necessários, organizados no tempo, considerando o estado atual de conservação do

mesmo, o uso existente ou pretendido e os valores a serem preservados (conforme expressos no seu processo de tombamento).

Os Planos de Conservação (a serem elaborados para todas as fortificações) devem considerar, pelo menos: a descrição do bem, histórico de intervenções, avaliação do estado de conservação, regulamentação de uso e ocupação, diretrizes de intervenção, plano de ação para ações de conservação e restauração, especificação de ciclos de manutenção e conservação e matriz de responsabilidades. Os planos de conservação devem ser construídos, garantindo a participação dos gestores responsáveis pelo bem, assim como devem ter estratégias de disseminação que possibilitem sua aplicação pelos responsáveis pela sua conservação e manutenção cotidianas. Por seu caráter dinâmico, necessitam atualização permanente, a partir do seu monitoramento e avaliação dos mecanismos de gestão aplicados.

Como um último ato a demonstrar que o IPHAN segue firme em sua missão – a par de tantas dificuldades pelos quais passa a Autarquia Federal –, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em sua última reunião, aprovou o tombamento do Conjunto Histórico da Ilha de Fernando de Noronha (PE), incluindo os remanescentes do Forte ou Fortim de Santo Antônio, o Reduto de Santana, dentro da área tombada da Vila dos Remédios, o Fortim de Nossa Senhora da Conceição, Fortim de São Pedro do Boldrô. Ou seja, aos 80 anos de idade, a Instituição demonstra um vigor jovial, de quem não se resigna. De quem deseja continuar a defender, preservar e salvaguardar o patrimônio do povo brasileiro.

## Notas

<sup>1</sup> Fonte: DEPAM/IPHAN. Dados levantados por Cláudia Bastos do Nascimento.

<sup>2</sup> Cabe informar que há processo para a proteção do acervo da Fortaleza de São José de Macapá.

<sup>3</sup> O Forte do Buraco foi tombado, destombado e, novamente, tombado.

Forte São José da Ponta Grossa - Ilha de Santa Catarina - SC



Fortaleza de Macapá - Macapá, AP

## Kátia Bogéa

Presidente do IPHAN

Nascida em Lagarto (SE), é graduada em História pela Universidade Federal do Maranhão (1984) e especialista em Historiografia Brasileira e Regional pela Universidade de São Paulo (1988). Desde novembro de 1979, radicou-se no Maranhão, atuando exclusivamente em atividades na área do patrimônio cultural, ao entrar como estagiária em 1980 na recém-criada Superintendência Regional do IPHAN, onde dedicando toda a sua vida profissional à pesquisa do patrimônio maranhense e ao trabalho de preservação e proteção do Centro Histórico de São Luís e Alcântara. Ocupou o cargo de Superintendente do IPHAN no Maranhão no período de 2003 a 2015. Durante sua gestão, juntamente com a equipe técnica da instituição, articulou o PAC Cidades Históricas junto à Prefeitura de São Luís. Na área do patrimônio imaterial, realizou o registro do Tambor de Crioula e do Complexo Cultural do Bumba Meu Boi.

## Andrey Rosenthal Schlee

É Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN.

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (1987), mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994) e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1999). É professor Titular da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Arquitetura, com ênfase em História da Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos temas: preservação do patrimônio cultural, arquitetura brasileira, arquitetura no Rio Grande do Sul e arquitetura e urbanismo em Brasília. Dedica-se também à melhoria do Ensino de Arquitetura e Urbanismo. Foi Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (2004-2011). Atualmente é Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN, Membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico do IBRAM e Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2.

